

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.611.995 - SP (2016/0178024-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL  
RECORRIDO : RAIMUNDO DE SOUZA RODRIGUES  
ADVOGADO : FERNANDO JOSÉ DE BARROS FREIRE E OUTRO(S) -  
SP138200  
INTERES. : INDUSTRIA METALURGICA FONTAMAC LTDA  
ADVOGADO : LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288  
RECORRIDO : JUIZO FEDERAL DA 12 VARA SAO PAULO SEC JUD SP

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO NÃO ATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL NÃO CONHECIDO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra o acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PESSOA NATURAL - DECLARAÇÃO DE POBREZA - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE - DEPÓSITO JUDICIAL - NATUREZA HÍBRIDA: FACULTATIVIDADE E VINCULAÇÃO AO RESULTADO DA DEMANDA - CONSIGNATÓRIA - DEPÓSITO: PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO DA DEMANDA - PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS - PREFERÊNCIA DE CRÉDITOS.*

1. *Nos termos da Lei n. 1.060/50, a alegação de hipossuficiência econômica basta, ao menos inicialmente, para justificar a concessão da gratuidade processual às pessoas naturais, cabendo à parte contrária o ônus de comprovar eventual falsidade da declaração.*

2. *Não se nega a presunção de veracidade da declaração de pobreza. Tal presunção, entretanto, não é absoluta, podendo, em determinadas situações, haver necessidade de outras provas da alegada hipossuficiência, sob pena de ser rechaçada a suposição mediante a demonstração da suficiência econômica do demandante.*

3. *É certo que a condição econômica da parte não pode ser auferida apenas pela sua profissão, assim como a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*hipossuficiência exigida pela Lei n. 1.060/50 deve ser entendida não como o estado de absoluta miserabilidade material, mas como a impossibilidade de arcar o indivíduo com as custas e despesas do processo sem prejuízo de sua subsistência e da de sua família.*

4. *Entretanto, não se pode descurar que a falsidade na declaração enseja a aplicação das sanções previstas na própria Lei n. 1.060/51.*

5. *Em regra, o depósito judicial de valores é dotado de natureza híbrida, pois, por um lado, constitui-se em faculdade da parte e, por outro, ao ser efetivado, configura-se como garantia da res in iudicio deducta.*

6. *Em matéria tributária, quanto ao direito subjetivo que o contribuinte tem para efetuar o depósito, nos termos do artigo 151, II, do CTN, precisa é a lição de Leandro Paulsen: "Constitui direito subjetivo do contribuinte efetuar o depósito do montante integral que lhe está sendo exigido e, assim, obter a suspensão da exigibilidade do tributo enquanto o discute administrativa ou judicialmente." (PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. p. 1.011.)*

7. *Precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça.*

8. *Por outro lado, também deve ser destacada a vinculação do depósito efetuado ao resultado da demanda, conforme decisões do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal Regional Federal.*

9. *Entretanto, em caso de ação de consignação em pagamento, constata-se substancial diferença quanto à natureza do depósito efetuado pela parte, especificamente quanto à facultatividade de sua realização.*

10. *Procedimento especial previsto pelo Código de Processo Civil, a ação de consignação em pagamento exige a concretização de depósito para o respectivo processamento, visto que sua ausência acarreta a extinção do feito sem resolução de mérito e independentemente de intimação da parte.*

11. *Portanto, em sede de ação consignatória, o depósito não é dotado de facultatividade, pois emerge como pressuposto de constituição da demanda.*

12. *Precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

13. *A necessidade de depósito em ação consignatória não afasta, porém, a vinculação do montante ao resultado da demanda. Portanto, durante o curso do processo, o depósito servirá como garantia do Juízo, sendo possível, desse modo, a penhora no rosto dos autos.*

14. *Estatuída com fundamento legal nos artigos 655, XI, e 674 do Código de Processo Civil, a penhora no rosto dos autos constitui-se em constrição de valores discutidos judicialmente em feitos distintos daquele em que manifestada a pretensão executória, vindo a efetivar-se em bens que "forem adjudicados ou vierem a caber ao devedor" (artigo 674 do CPC).*

15. *Caso o valor discutido judicialmente tenha sido depositado no feito em que realizada a penhora no rosto dos autos, tem-se que referido depósito passa a garantir dois créditos distintos: o crédito eventual nos autos em que efetuado o depósito e o crédito que constitui objeto do mandado de penhora no rosto dos autos.*

16. *No conflito entre essas pretensões executórias, deve prevalecer o crédito que estiver em posição superior na ordem preferencial, sendo que, caso remanesça valor após a satisfação do credor privilegiado, poderá haver também o pagamento dos demais débitos.*

17. *Inteligência da cabeça do artigo 186 do CTN.*

18. *Na hipótese de conflito entre uma pretensão de natureza tributária e outra com origem em demanda que envolveu acidente do trabalho, a segunda deve prevalecer.*

19. *Agravo de instrumento provido (fls. 173/175).*

2. Em seu Apelo Nobre, alega a parte autora que o acórdão é omissos em relação aos dispositivos legais invocados nos autos (art. 151, II c/c art. 156, ambos do CTN, e arts. 162, 269, 467, 468, 474 e 485 do CPC/1973), argumentando pela impossibilidade de levantamento dos depósitos efetuados senão pelo vencedor da demanda, uma vez que a penhora no rosto dos autos somente teria eficácia se fosse vencida a União e, portanto, reconhecido crédito em favor do autor dos depósitos, nunca em hipótese de improcedência transitada em julgado.

3. O Apelo foi admitido (fls. 219).

4. É o relatório.

5. O Tribunal de origem utilizou como fundamento

# *Superior Tribunal de Justiça*

para manter a decisão agravada que a penhora no rosto dos autos tem por objetivo garantir dois créditos distintos: o crédito eventual nos autos em que efetuado o depósito e o crédito que constitui objeto do mandado de penhora no rosto dos autos. Existindo conflito entre essas pretensões executórias, deve prevalecer o crédito que estiver em posição superior na ordem preferencial, sendo que, caso remanesça valor após a satisfação do credor privilegiado, poderá haver também o pagamento dos demais débitos. Na hipótese de conflito entre uma pretensão de natureza tributária e outra com origem em demanda que envolveu acidente do trabalho, a segunda deve prevalecer.

6. Com efeito, a ausência de impugnação, no Recurso Especial, de argumento adotado pelo Tribunal de origem hábil, por si só, à manutenção do acórdão recorrido quanto ao ponto em debate, atrai a incidência, por analogia, da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

7. Ante o exposto, não se conhece do Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR